



MUNICH RE DO BRASIL RESEGURO S.A.

CNPJ nº 01.857.539/0001-24

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e societárias, apresentamos à apreciação de V.S.as, as demonstrações financeiras da Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. ("Munich Re ou Resseguradora") para o exercício findo em 31 de dezembro 2015 e 2014, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Após consolidada a abertura do mercado brasileiro de resseguros, a Munich Re vem operando como parceiro sólido para o mercado como um todo, ampliando de forma sustentável os negócios e a sua posição neste mercado.

O desempenho da Munich Re no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi fruto de seu foco na

geração de oportunidades de negócios, através de um gerenciamento cauteloso de riscos e de parcerias estratégicas estabelecidas mediante a oferta de soluções atrativas, seja em otimização de capital, questões estratégicas e técnicas ou inovações em resseguro.

No exercício de 2015, a Resseguradora emitiu prêmios brutos de retrocessão e líquido de comissão no montante de R\$ 384 milhões (R\$ 302 milhões em 2014) enquanto os Prêmios Ganhos totalizaram o montante de R\$ 373 milhões (R\$ 285 milhões em 2014), alcançando um resultado operacional no montante de R\$ 28 milhões (R\$ 47 milhões em 2014) e lucro líquido no exercício de R\$ 14 milhões (R\$ 25 milhões em 2014).

O Patrimônio Líquido ajustado da Resseguradora é de R\$ 287 milhões e Capital Mínimo Requerido no montante de R\$ 111 milhões, gerando uma suficiência de capital de 162%. A solidez da Munich Re

também está demonstrada na política de investimentos dos seus ativos. A Munich Re mantém saldo de caixa e aplicações financeiras com liquidez imediata no montante de R\$ 885 milhões, o que demonstra sua força financeira.

A perspectiva para o ano de 2016 é a manutenção da tecnicidade e da atuação orientada aos clientes, visando a rentabilidade e a continuidade sustentável da Resseguradora no mercado local e mantendo as boas práticas de governança que caracterizam o Grupo Munich Re.

Aproveitamos a oportunidade para renovar nossos agradecimentos à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e às demais autoridades do setor, pelo apoio e orientações recebidas. Agradecemos também aos acionistas, aos clientes e aos nossos colaboradores.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2016

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 - (Em milhares de Reais)			
Ativo	Nota	2015	2014
Circulante		1.778.240	1.416.875
Disponível		59.064	82.033
Caixa e bancos		59.064	82.033
Aplicações	5	826.279	681.528
Crédito das operações com seguros e resseguros		278.897	268.165
Operações com seguradoras	6a	232.010	227.186
Operações com resseguradoras	6b	46.887	40.979
Outros créditos operacionais		-	5.178
Outros créditos operacionais		-	5.178
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas		602.493	372.951
Títulos e créditos a receber		5.521	1.175
Títulos e créditos a receber		295	395
Créditos tributários e previdenciários	7	5.127	526
Outros créditos		99	254
Despesas antecipadas		17	126
Custos de aquisição diferidos		5.969	5.719
Resseguros	12c	5.969	5.719
Não circulante		41.144	43.891
Realizável a longo prazo		34.424	40.789
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas		7.142	9.589
Títulos e créditos a receber		24.287	27.766
Créditos tributários e previdenciários	7	24.179	27.664
Depósitos judiciais e fiscais		108	102
Custos de aquisição diferidos		2.995	3.434
Resseguros	12c	2.995	3.434
Imobilizado		6.720	3.102
Bens móveis		4.019	3.102
Outras imobilizações		2.701	-
Total do ativo		1.819.384	1.460.766

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 - (Em milhares de Reais)			
Passivo	Nota	2015	2014
Circulante		1.456.111	1.103.672
Contas a pagar		21.576	18.922
Obrigações a pagar	8	17.340	14.382
Impostos e encargos sociais a recolher		575	810
Encargos trabalhistas		1.977	2.131
Impostos e contribuições	9	1.684	1.599
Débito das operações com seguros e resseguros		78.226	79.648
Prêmios a restituir		235	235
Operações com resseguradoras		65.143	66.860
Corretores de seguros e resseguros		12.848	12.553
Depósitos de terceiros		3.977	3.571
Provisões técnicas - Resseguradora		1.352.332	1.001.531
Passivo não circulante		50.276	54.791
Provisões técnicas - Resseguradora		50.276	54.791
Patrimônio líquido		312.997	302.303
Capital social		300.479	136.187
Aumento de capital		-	164.922
Reservas de lucros	15	12.518	1.824

Total do passivo e patrimônio líquido 1.819.384 1.460.766

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014					
(Em milhares de Reais)					
	Reserva de lucros				
	Capital social	Capital social	Legal	Estatutária	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	136.187	2.308	25.281	(50.420)	113.356
Aumento de Capital em aprovação através da AGE de 27/10/2014	-	164.292	-	-	164.292
Lucro líquido do exercício	-	-	-	24.655	24.655
Destinação proposta pela Administração para absorção de Prejuízo com Reserva de lucros	-	-	(484)	(25.281)	25.765
Saldos em 31 de dezembro de 2014	136.187	164.292	1.824	-	302.303
Aumento de Capital aprovado pela Portaria SUSEP/DIRAT nº 111 de 22/01/2015	164.292	(164.292)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	14.025	14.025
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	701	-	(701)
Reserva legal	-	-	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	9.993	-	(9.993)
Dividendos propostos	-	-	-	(3.331)	(3.331)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	300.479	2.525	9.993	-	312.997

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. ("Munich Re" ou "Resseguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil com sede em São Paulo, situada na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 4440, 6º andar, cujo controlador em última instância é a Münchener Rückversicherungs-Gesellschaft Aktiengesellschaft in München (Alemanha), e que tem por objeto social as atividades de resseguro e retrocessão, tal como previsto na Lei Complementar nº 126 de 15 de janeiro de 2007.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios da Munich Re em curso normal das suas atividades e em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os referendamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pela SUSEP. Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação previsto na Circular SUSEP nº 517/2015. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em reunião realizada em 25 de fevereiro de 2016.

Base para mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos ativos financeiros classificados na categoria "valor justo por meio do resultado", que são mensurados pelo valor justo.

Circulante e não circulante

A Resseguradora efetua a revisão dos valores inscritos no ativo e no passivo circulante, com o objetivo de transferir para o não circulante aqueles cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores inscritos no ativo/passivo circulante.

Moeda funcional e de apresentação

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Munich Re opera, utilizada na preparação das demonstrações financeiras é o Real - (R\$). Exceto quando mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados pela casa decimal mais próxima.

Estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Resseguradora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Aplicações financeiras
- Nota 6 - Operações com seguradoras e resseguradoras
- Nota 7 - Créditos tributários e previdenciários
- Nota 12 - Provisões técnicas e Custos de aquisição diferidos

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

A Resseguradora define como caixa e equivalentes de caixa, as disponibilidades (que compreendem o caixa e contas-correntes em bancos), considerados no balanço patrimonial na rubrica de "Disponível" e as aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias entre a data de aquisição e de vencimento e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e que não afetem a vinculação como ativos garantidores.

3.2. Ativos financeiros

São classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias:

a. Ativos financeiros à valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado se a Resseguradora gerencia tais investimentos com o objetivo de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos alinhadas ao gerenciamento dos passivos oriundos das operações de seguros. Esses ativos são registrados pelo valor justo e mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do período.

b. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Resseguradora tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

c. Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores de ativos financeiros. Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido.

d. Empreéstimos e recebíveis

Os empreéstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, que não são cotados em um mercado ativo. Compreendem, substancialmente, os saldos "Créditos das operações com seguros e resseguros" que inclui substancialmente prêmios a receber. Os prêmios de resseguro são mensurados por estimativa, considerando o prêmio estimado para a vigência do contrato (*Estimated Premium Income - EPI*), para os contratos automáticos.

3.2.1. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Munich Re avalia periodicamente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de perda são incorridos somente se há evidência objetiva de redução do valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda que tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

3.2.2. Valor justo dos ativos financeiros (aplicações financeiras)

As quotas de fundos não exclusivos são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo. O valor justo dos títulos públicos, integrante do fundo de investimento exclusivo, é apurado com base nos preços de mercado secundários divulgados pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

3.3. Contratos de resseguro

Em consonância com o seu objeto social, a Munich Re emite contratos de resseguro que visam fornecer capacidade de cobertura de riscos para as Sociedades Seguradoras e Resseguradoras (denominadas "cedentes"). O contrato de resseguro é classificado como contrato de seguro porque ele também é definido como uma operação em que o emitente aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensá-lo no caso da ocorrência de um acontecimento futuro, incerto e específico que possa afetá-lo adversamente, nos termos do Pronunciamento Contábil CPC nº 11. Os resseguros são tipicamente divididos entre as seguintes modalidades:

a. **Contratos facultativos**

Destina-se a uma operação isolada, negociada entre segurador direto e ressegurador. Nesta modalidade, o contrato de resseguro é firmado para um risco isolado.

b. **Contratos automáticos ou contratos de carteira**

Nesta modalidade a cedente e a Resseguradora definem previamente a estrutura do contrato abrangendo dentre outros itens, a responsabilidade da Resseguradora sobre os riscos e as condições em que esses riscos podem ser automaticamente incluídos no contrato de resseguro. Normalmente, os prêmios de resseguro são determinados por referência aos seus volumes de produção indicada pela cedente (EPI), os prêmios e comissões são registrados por estimativa e ajustados no momento em que as prestações de contas com os valores efetivos são enviadas pelas cedentes. Essas estimativas são recalculadas periodicamente pela Resseguradora.

Os prêmios de resseguro, os prêmios cedidos em retrocessão e as correspondentes despesas e receitas de comercialização, são apropriados aos resultados ao longo do período de vigência do risco.

A Munich Re contrata coberturas de retrocessão com vistas a atender no mínimo os seguintes requisitos:

(i) assegurar o cumprimento do limite de retenção por risco subscrito, e (ii) mitigar o risco de perdas significativas originadas de eventos catastróficos.

Os ativos e passivos decorrentes da subscrição de contratos de resseguro são apresentados de forma bruta de retrocessão, segregando os direitos e obrigações entre a Munich Re e as Retrocessionárias.

A Resseguradora possui contratos de retrocessão da carteira ("stop loss") contratados. A receita estimada de recuperação de sinistros oriundas destes contratos é reconhecida no resultado da Resseguradora quando a sinistralidade esperada para um ano de subscrição atinge o percentual coberto pelo referido contrato.

3.4. Ativo Imobilizado

Compreende equipamentos, móveis, veículos e utensílios utilizados na condução dos negócios. Os bens registrados nessa rubrica são demonstrados ao custo de aquisição e a sua depreciação é calculada pelo método linear, sendo 20% a.a. para equipamentos e veículos, e 10% a.a. para móveis, máquinas e utensílios.

3.5. Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas em conformidade com as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, com base em nota técnica atuarial elaborada pela Resseguradora, e compreendem:

Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)

A provisão de prêmios não ganhos é constituída pelo valor dos prêmios de resseguro, correspondente ao período de risco a decorrer de cobertura do contrato, calculada pelo método linear em base "pro rata die", para todos os riscos assumidos na data-base de cálculo.

Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG - RVNE)

Esta provisão tem a finalidade de contemplar a estimativa de prêmio não ganho para riscos vigentes mas não emitidos. A metodologia aplicada, a qual se encontra descrita em Nota Técnica Atuarial, considera o histórico de atraso de emissões por um prazo de deferimento estimado.

Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

É constituída por estimativa com base nas notificações dos sinistros recebidas até a data-base da demonstração financeira e contempla, na data de sua avaliação, o montante total das indenizações e despesas a pagar por sinistros avisados pelos cedentes.

Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)

A metodologia de apuração da Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados considera a estimativa do montante de indenizações e despesas de sinistros por grupo de ramos, deduzindo-se os sinistros avisados (pagos ou não) até a data-base das demonstrações financeiras. Os percentuais utilizados para estimar os sinistros são aplicados sobre os prêmios ganhos de cada ano de subscrição dos contratos e são definidos com base na experiência histórica da nossa Matriz, considerando mercados similares ao que a Resseguradora está inserida, bem como a sua aplicabilidade ao mercado local.

Provisão de Excedentes Técnicos (PET)

A provisão de excedentes técnicos é constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico. A PET é calculada de acordo com os critérios estabelecidos em cláusula específica dos contratos de resseguro que têm previsão para participação das cedentes nos lucros do contrato.

Teste de adequação dos passivos (TAP)

Nos termos da Circular SUSEP nº 517/2015, a Resseguradora elaborou o teste de adequação dos passivos em 31 de dezembro de 2015. Esse teste tem o objetivo de avaliar na data-base das demonstrações financeiras a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, líquido dos custos de aquisição diferidos relacionados e brutos de retrocessão, para fazer frente aos desembolsos futuros decorrentes dos compromissos com os riscos assumidos até a data-base. Tomando como base os requisitos mínimos determinados pela SUSEP, a Munich Re utilizou uma metodologia que considera à estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos de resseguro foram agrupados conforme as linhas de negócio utilizadas pela Munich Re. Além do agrupamento por grupo de ramos, os fluxos foram projetados separadamente de acordo com a moeda do contrato, permitindo a utilização da premissa de taxa de juros com distinção entre real e dólar norte-americano. Para os contratos em reais, de acordo com a Circular SUSEP nº 517/2015, para fluxos de caixa em valores nominais, foi utilizada como taxa de desconto a estrutura a termo de taxa de juros livre de risco pré-fixada (ETJ da SUSEP). Os contratos em dólar foram projetados em sua moeda original e o resultado do fluxo convertido para real de acordo com o câmbio da data-base. Os sinistros foram projetados com a inflação intrínseca. Dessa forma, considerando que o indexador seja dólar, utilizamos o cupom da curva de juros cambial também referenciada na planilha ETJ da SUSEP. Como premissa de inflação, para projeção dos fluxos de contratos em moeda Real, foi considerado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para os contratos em moeda Dólar Norte-Americano os fluxos foram projetados sem inflação. As premissas de despesas administrativas e operacionais e despesas relacionadas a liquidação de sinistros têm como base em dados históricos da Resseguradora. Já as premissas de sinistralidade e de velocidade de pagamentos de sinistros foram estabelecidas com base na experiência do Grupo Munich Re ajustados pela sensibilidade ao mercado brasileiro. O teste realizado na data-base das demonstrações financeiras, com base nas premissas descritas acima, não revelou insuficiência das provisões técnicas em relação aos fluxos de caixa projetados.

3.6. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual que excede a R\$ 240. A contribuição social sobre o lucro foi constituída considerando a elevação da alíquota, determinada pelas Leis 11.727/08 e 13.169/15, sendo de 15% de janeiro a agosto de 2015, e de 20% de setembro até dezembro de 2015.

As despesas com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro compreendem os impostos correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionadas a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar (ou a recuperar) esperado sobre o lucro (prejuízo) tributável do exercício, às taxas correntes na data do levantamento das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido sobre os prejuízos fiscais e bases negativas, bem como sobre as diferenças temporárias entre critérios contábeis e fiscais de apuração de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, e são calculados às alíquotas praticadas na data-base das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos gerados pelo diferimento de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro são revisados periodicamente, por ocasião do encerramento do balanço, ou ocorrência de outro fator relevante detectado no período, e são ajustados à medida em que haja qualquer dúvida na probabilidade de realização dos impostos diferidos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados para apresentação no balanço patrimonial caso haja um direito legal de compensar, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação.

3.7. Reconhecimento de receita e despesas

As receitas e despesas são apuradas pelo regime contábil de competência.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

4.1. Objetivos e estrutura organizacional

O gerenciamento de riscos é parte fundamental da governança corporativa da Munich Re. Ele dá sustentação à sua força financeira, permitindo honrar os compromissos com as cedentes e criar valor adicionado para os acionistas. Além disso, ele protege a reputação da Resseguradora. Para assegurar o eficiente gerenciamento de risco são estabelecidas funções e pessoas específicas para gestão de risco. A Munich Re possui uma área específica e independente que gerencia os riscos no Brasil, e que atua em cooperação com a área de gerenciamento de risco da Matriz.

4.2. Definição da estratégia de gerenciamento de riscos

A estratégia de gerenciamento de risco da Munich Re tem, entre outros, os seguintes objetivos: (i) garantir o elevado nível de confiança dos clientes; (ii) permitir a proteção e a geração de valor sustentável para o acionista; e (iii) proteger a reputação da Resseguradora.

A estratégia de gerenciamento de riscos é composta por três classes de critérios de risco: (i) critério de portfólio inteiro, que se concentra em todo o portfólio de riscos; (ii) critério suplementar, que abrange somente o risco sistêmico que a Munich Re está exposta e que, se materializado, poderia colocar em risco a continuidade das suas operações; e (iii) outros critérios de risco, que se concentram em proteger a reputação da Resseguradora e assim preservar o valor do acionista.

4.3. Riscos Significativos

De acordo com a avaliação da Munich Re, riscos significativos são riscos que podem causar efeitos nos ativos, passivos, posições financeiras ou resultados da Resseguradora. A Munich Re aplica essa definição de forma consistente e a área de gerenciamento de riscos é responsável por avaliar se um risco é significativo. A seguir são apresentadas as categorias a partir das quais podem surgir riscos significativos.

a. Risco de subscrição

Risco de subscrição é definido como o risco de que os custos com pagamentos de sinistros possam ser maiores do que as expectativas da Munich Re. Tendo em vista a diversificação dos negócios da Resseguradora, o risco de subscrição é dividido em três categorias: (i) risco de subscrição em resseguro de vida; (ii) risco de subscrição em resseguros de crédito e riscos financeiros; e (iii) risco de subscrição em resseguros de não vida (demais).

A Munich Re possui uma proteção de cobertura de retrocessão para mitigar a exposição com relação a riscos elevados. Para mitigar este risco a Munich Re possui proteção de seus negócios através de coberturas de retrocessão por risco além de proteção stop loss que limita a sua exposição global quando a sinistralidade é maior a um limite predefinido. Já para as categorias (ii) e (iii), os riscos significativos incluem a exposição a valores elevados, os riscos de prêmio e os riscos de reserva. O risco do prêmio é o risco de as indenizações dos sinistros que ainda não ocorreram para os compromissos assumidos sejam superiores aos estimados quando da determinação desses prêmios. Já o risco de reserva, é o risco das provisões técnicas serem insuficientes para pagar as indenizações originadas pelos sinistros já ocorridos. Os componentes-chave da gestão do risco de subscrição são o acompanhamento da evolução dos riscos e a revisão constante das premissas atuariais utilizadas para o cálculo das provisões técnicas. Dessa forma, a Munich Re visa cumprir com os compromissos assumidos, a qualquer tempo.

Visando um portfólio de riscos de resseguro equilibrado existem manuais de precificação e subscrição para cada tipo de linha de negócio. A adequação das orientações e procedimentos desses manuais é verificada continuamente através de processos de controles independentes, e alterações são feitas sempre que necessário.

A área de gerenciamento de riscos é responsável também pela identificação, avaliação e monitoramento de acumulação e concentração de riscos que podem ocorrer entre vários segmentos da Resseguradora. Essa área trabalha em conjunto com as áreas de subscrição e outros especialistas da Munich Re de forma a informar imediatamente à Diretoria sobre os impactos da ocorrência desses eventos. O monitoramento do Grupo Munich Re é realizado através de avaliação de cenários extremos e modelos de simulação que fornecem informação sobre a responsabilidade máxima assumida pela Resseguradora. Caso a sua capacidade possa vir a ser excedida, ela pode suspender ou limitar a atuação no segmento específico ou proceder modificações em sua estrutura de retrocessão de forma a mitigar riscos do seu balanço, dos clientes e dos acionistas.

b. Risco de crédito

A Munich Re define risco de crédito como a perda financeira que poderá ter como resultado da mudança na capacidade de uma contraparte honrar os seus compromissos. A Munich Re possui uma política de risco de crédito para aquisição de ativos financeiros e contratação de retrocessão no mercado aberto. Nesse contexto, a Resseguradora segue as políticas da Matriz onde existem diversos indicadores para limitar a exposição ao risco de crédito. Dentre eles, existe a classificação de risco de crédito emitido por agências de classificação de risco, no entanto, ele é apenas um dentre os diversos critérios considerados. A política de aplicações financeiras estabelece as instituições financeiras com as quais a Munich Re pode operar, os limites de alocação de recursos e seus objetivos. A Munich Re adota o critério de aplicar seus recursos em instituições sólidas cuja nota de classificação do risco de crédito seja considerada alta de acordo com a política de investimentos de risco de títulos públicos federais.

Risco de crédito relacionado à retrocessão

No que se refere aos negócios que a Munich Re cede em retrocessão o risco de crédito também é importante. Com relação às operações de retrocessão com outras Resseguradoras, a Munich Re busca

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2015	2014
Prêmios emitidos		384.395	301.901
Varição das provisões técnicas	18b	(10.477)	(16.521)
Prêmios ganhos		373.918	285.380
Sinistros ocorridos	16a	(534.088)	(230.268)
Custos de aquisição	16b	(8.748)	(10.822)
Outras receitas e despesas operacionais		(8.740)	(6.977)
Resultado com retrocessão	16c	132.808	1.441
Despesas administrativas	16d	(35.597)	(40.751)
Despesas com tributos	16e	(18.492)	(11.406)
Resultado financeiro		126.644	60.330
Receitas financeiras		204.432	88.503
Despesas financeiras		(77.788)	(28.173)
(-) Resultado operacional		27.775	46.923
Ganho ou perda com ativos não correntes		73	29
(-) Resultado antes dos impostos e participações		27.848	46.952
Imposto de renda	17	(6.115)	(10.820)
Contribuição social	17	(3.927)	(6.563)
Participações sobre o resultado		(3.781)	(4.914)
Lucro líquido do exercício		14.025	24.655
Quantidade de ações		286.126.555	286.126.555
Lucro líquido por lote			



MUNICH RE DO BRASIL RESEGUROADORA S.A.

CNPJ nº 01.857.539/0001-24

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

4.4. Análises de sensibilidade

A seguir são apresentados os resultados das análises de sensibilidade onde foram simuladas mudanças razoáveis nas premissas atuariais mais significativas, utilizadas para avaliar o impacto nos resultados dos compromissos assumidos até a data dessas demonstrações financeiras. As análises de sensibilidade apresentadas a seguir representam a melhor estimativa da Munich Re quanto aos fatores de risco que mais impactam os negócios de resseguro, no entanto, não garantem que os

fatores de risco venham a se comportar conforme previsto e, conseqüentemente, gerar resultados reais em períodos futuros significativamente diferentes dos resultados apresentados a seguir.

A análise foi realizada através da simulação do impacto no resultado em 31 de dezembro de 2015 e no patrimônio líquido na data base das demonstrações financeiras, dos riscos que a Munich Re julga serem mais relevantes e que podem afetar seu patrimônio.

O quadro a seguir apresenta os resultados dos testes por premissa alterada e o risco ao qual ela se refere:

Subscrição		Mercado			
Sinistralidade	Taxa de juros + inflação	Moeda			
Aumento 5% Diminuição 5%	Aumento 10% Diminuição 10%	Aumento 10% Diminuição 10%	Aumento 10% Diminuição 10%	Aumento 10% Diminuição 10%	Aumento 10% Diminuição 10%
(17.075) (96%)	17.075 96%	4.601 33%	4.601 (33%)	1.777 13%	(1.777) (13%)
(5%)	5%	1%	(1%)	1%	(1%)

Riscos significativos	Principais Premissas	Efeitos
Aumento/Redução	Resultado e Patrimônio Líquido (R\$)	Resultado (%)
Patrimônio Líquido (%)		

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Valor justo por meio do resultado

Quotas de fundos de investimentos exclusivo
Quotas de fundos de investimentos não exclusivo
Total
Nenhum desses ativos financeiros está vencido ou possui perda por redução do valor recuperável.

a. Abertura das aplicações por tipo e prazo de vencimento

	31.12.2015		
	de 1 a 180 dias	de 181 a 365 dias	Acima de 365 dias
Valor das aplicações	180 dias	365 dias	365 dias
LFTs	675.492	21.257	654.235
NTNB	3.579	-	3.579
Contas a pagar	(78)	(78)	-
678.993	(78)	21.257	657.814
Fundo de investimento não exclusivo	65.534	42.057	23.477
Fundo Cambial	81.752	11.536	70.216
Total das aplicações	826.279	(78)	74.850

Valor justo por meio do resultado

Fundo de investimento não exclusivo
Fundo Cambial
Total das aplicações
Fundo de investimento não exclusivo
Fundo Cambial
Total das aplicações

	31.12.2015		
	de 1 a 180 dias	de 181 a 365 dias	Acima de 365 dias
Valor das aplicações	180 dias	365 dias	365 dias
LFTs	83.589	34.984	47.173
LFTs	558.493	24.739	113.287
Contas a pagar	(86)	(86)	-
641.996	59.637	160.460	421.899
Fundo de investimento não exclusivo	39.532	28.504	-
Total das aplicações	681.528	88.141	160.460

A Munich Re possui contratos de investimentos com as Instituições Financeiras que administram os fundos citados que garantem liquidez diária em caso de necessidade de resgate. Para fins de apresentação das informações sobre as aplicações em quotas de fundos de investimento, no quadro acima, estas foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação dos investimentos dentro dos fundos. No encerramento do exercício, os investimentos em fundos exclusivos somavam R\$ 678.993 (R\$ 641.996 em 2014). Na distribuição dos prazos foram considerados os vencimentos dos respectivos títulos, independentemente da sua classificação contábil.

b. Movimentação das aplicações financeiras

	31.12.2015	31.12.2014
No início do exercício	681.528	493.061
Aplicações	297.433	316.170
Resgates	(239.824)	(185.409)
Rendimentos	87.142	57.706
No final do exercício	826.279	681.528

c. Ativos oferecidos em garantia das provisões técnicas

Descrição	31.12.2015	31.12.2014
Provisões Técnicas	1.402.608	1.056.322
Deduções:		
Resseguros	585.856	350.552
Direitos creditórios	96.734	46.781
Subtotal (a)	720.018	658.989

Quotas de fundos de investimentos

Subtotal (b)	31.12.2015	31.12.2014
Total (a) - (b)	106.079	22.037

d. Nível hierárquico do valor justo dos ativos financeiros

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Resseguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). As aplicações financeiras em LTN e LFT, NTN-B e NTN-F foram classificadas no Nível 1, enquanto os fundos de investimentos abertos foram classificados no Nível 2.

e. Derivativos

O Fundo de Investimentos exclusivo possui operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados à proteção dos riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. Os instrumentos derivativos utilizados são contratos futuros de juros, negociados na BM&F Bovespa, que são utilizados para proteção da posição de títulos pré-fixados. A seguir são apresentadas as posições de instrumentos derivativos:

	31.12.2015				
Derivativos	Data de vencimento	Valor de referência	Quantidade	Valor justo	Valor a receber (pagar)
Futuro DI	01/01/2016	(1.941)	(84)	(1.941)	-
Futuro DI	01/01/2017	(20)	(1)	(20)	-
Total				(1.961)	-

	31.12.2014				
Derivativos	Data de vencimento	Valor de referência	Quantidade	Valor justo	Valor a receber (pagar)
Futuro DI	02/01/2015	(34.970)	(350)	(34.970)	-
Futuro DI	01/07/2015	(47.162)	(500)	(47.162)	(6)
Futuro DI	04/01/2016	2.131	113	2.131	-
Futuro DI	02/01/2017	452	27	452	-
Total				(79.549)	(6)

6. OPERAÇÕES COM SEGURADORAS E RESEGUROADORAS

a. Composição de prêmios de resseguro a receber

	31.12.2015	31.12.2014
Facultativos	76.204	69.081
Contratos	155.806	158.105
Total	232.010	227.186

O prêmio da Resseguradora para contratos proporcionais é registrado em bases estimadas e ajustados de acordo com os prêmios efetivos recebidos nas prestações de contas trimestrais, conforme requerido pela Circular Susep 517/15. O volume de prêmios liquidados em cada prestação de contas varia de acordo com a produção real das cedentes.

12. PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

a. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos - Brutas de retrocessão

	31.12.2015						
	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de excedentes técnicos (PET)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de riscos vigentes e não emitidos (RVNE)	Total das provisões técnicas	Custos diferidos
Patrimonial	122.458	14	396.166	269.675	11.035	799.348	7.173
Responsabilidades	12.027	-	12.321	47.449	656	72.453	641
Automóveis	3.393	2	16.661	2.209	-	22.265	104
Transportes	14.422	-	8.610	43.934	67	67.033	646
Riscos financeiros	51.749	10.841	152.159	73.796	4.998	293.543	256
Pessoas	2.822	33.289	40.273	26.457	-	102.841	-
Habitacional	215	-	-	400	-	615	-
Rural	5.207	-	5.912	15.464	-	26.583	26
Marítimo	1.650	-	4.455	4.217	29	10.351	-
Aeronáutico	1.709	10	6.111	5.336	10	7.576	118
Total	215.652	44.156	637.068	488.937	16.795	1.402.608	8.964

	31.12.2014					
	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de excedentes técnicos (PET)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Total das provisões técnicas	Custos diferidos
Patrimonial	136.566	693	197.592	218.245	553.096	7.410
Responsabilidades	8.198	60	5.387	41.522	55.167	801
Automóveis	3.389	50	12.602	6.989	23.030	104
Transportes	5.910	79	6.473	41.363	53.825	359
Riscos financeiros	34.351	20.584	147.546	66.471	268.952	351
Pessoas	4.696	33.706	22.115	4.275	64.792	16
Habitacional	215	-	-	400	615	-
Rural	5.207	-	5.912	15.464	26.583	26
Saúde	1.650	-	4.455	4.217	10.351	-
Marítimo	536	-	5.379	6.272	12.187	31
Aeronáutico	1.510	6	312	1.933	3.761	81
Total	209.540	55.178	398.135	393.469	1.056.322	9.153

	31.12.2015					
	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de excedentes técnicos (PET)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Total das provisões técnicas	Custos diferidos
Patrimonial	14.302	-	275.993	49.249	339.544	-
Responsabilidades	2.085	-	2.092	10.928	15.105	-
Automóveis	-	-	1	46	47	-
Transportes	860	-	493	14.714	16.067	-
Riscos financeiros	3.410	1.433	120.497	60.060	185.400	-
Pessoas	-	518	27.604	15.886	44.008	-
Rural	1.156	-	379	5.863	7.398	-
Saúde	15	-	28	631	674	-
Marítimo	-	-	104	1.288	1.392	-
Aeronáutico	-	-	-	-	-	-
Total	21.828	1.951	427.191	158.665	609.635	-

	31.12.2014					
	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de excedentes técnicos (PET)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Total das provisões técnicas	Custos diferidos
Patrimonial	17.119	92	143.946	19.370	180.527	-
Responsabilidades	37	24	6.569	4.249	10.879	-
Transportes	753	32	11.196	8.746	20.727	-
Riscos financeiros	2.812	5.129	103.351	26.406	137.698	-
Pessoas	2.942	3.020	13.841	287	20.090	-
Rural	7	-	156	1.268	1.431	-
Saúde	-	-	1.516	1.516	1.516	-
Marítimo	21	-	5.530	2.075	7.626	-
Aeronáutico	-	-	1.887	159	2.046	-
Total	23.691	8.297	286.476	64.076	382.540	-

c. Movimentação dos custos de comercialização diferidos

	31.12.2015	31.12.2014
Saldo no início do exercício	9.153	9.065
Inclusões	9.797	10.767
Apropriações/Cancelamentos	(9.986)	(10.679)
Saldo no final do exercício	8.964	9.153

Os custos de comercialização são compostos por comissões de corretagem devidas por intermediação de contratos de resseguro. Esses montantes são diferidos por ocasião da contratação da cobertura de resseguro e apropriados ao resultado, de forma linear para contratos facultativos e não proporcionais, e pela vigência padrão das apólices inseridas no contrato para os contratos automáticos proporcionais, de acordo com o prazo de vigência média dos riscos.

d. Movimentação das provisões técnicas - Brutas de retrocessão:

	31.12.2015		31.12.2014	
	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de excedentes técnicos (PET)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)
Saldo no início do exercício	209.540	55.178	398.135	393.469
Constituições	445.371	35.134	722.399	651.359
Reversões	(439.259)	(37.724)	(277.000)	(555.891)
Pagamentos	-	(8.432)	(206.466)	-
Saldo no final do exercício	215.652	44.156	637.068	488.937

	31.12.2015		31.12.2014	
	Saldo no início do exercício	Saldo no final do exercício	Saldo no início do exercício	Saldo no final do exercício
Constituições	225.158	18.196	355.646	421.017
Reversões	(454.897)	(470.515)	(526.096)	(655.778)
Pagamentos	-	(10.171)	(218.944)	-
Saldo no final do exercício	209.540	55.178	398.135	393.469

e. Movimento das provisões técnicas - Retrocessão

	31.12.2015		31.12.2014	
	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de excedentes técnicos (PET)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)
Saldo no início do exercício	225.158	18.196	355.646	421.017
Constituições	454.897	65.342	526.096	628.230
Reversões	(470.515)	(18.189)	(264.663)	(655.778)
Pagamentos	-	(10.171)	(218.944)	-
Saldo no final do exercício	209.540	55.178	398.135	393.469

b. Composição das operações com resseguradoras

	31.12.2015	31.12.2014
Sinistros a recuperar		



MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURADORA S.A.

CNPJ nº 01.857.539/0001-24

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

18. GRUPOS DE RAMOS DE ATUAÇÃO

a. Prêmios ganhos

	Prêmios ganhos		Sinistralidade %		Corretagem %	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Patrimonial	147.579	156.440	230%	121%	4%	5%
Responsabilidades	20.408	10.708	114%	64%	7%	11%
Automóveis	6.054	(58.439)	64%	-	3%	-
Transportes	6.960	14.821	161%	84%	13%	2%
Riscos financeiros	55.793	36.376	37%	41%	-	-
Pessoas	113.465	114.092	93%	54%	-	-
Habitacional	-	(111)	-	-	-	-
Rural	20.631	6.602	133%	67%	-	-
Marítimos	86	2.920	(593%)	-	(11%)	11%
Aeronáutico	2.942	1.971	138%	81%	10%	8%
	373.918	285.380	143%	81%	2%	4%

b. Prêmios emitidos

	Prêmios emitidos brutos		Comissões de resseguros (cedentes)		Prêmios líquidos	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Patrimonial	168.959	158.033	(24.920)	(17.487)	144.039	140.546
Responsabilidades	34.006	15.100	(9.291)	(2.106)	24.715	12.994
Automóveis	8.253	(83.971)	(2.243)	24.692	6.010	(59.279)
Transportes	16.958	12.491	(1.674)	(1.245)	15.284	11.246
Riscos financeiros	106.306	56.410	(38.826)	(17.198)	67.480	39.212
Pessoas	110.512	131.459	204	8	110.716	131.467
Habitacional	-	(139)	-	-	-	(139)
Rural	16.279	29.428	(4.610)	(8.247)	11.669	21.181
Marítimos	1.389	1.906	192	71	1.581	1.977
Aeronáutico	3.018	2.895	(117)	(199)	2.901	2.696
	465.680	323.612	(81.285)	(21.711)	384.395	301.901

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Plano de aposentadoria complementar

A Munich Re efetua contribuições mensais relativas ao complemento de aposentadoria dos seus funcionários em um Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). As contribuições efetuadas no ano totalizaram R\$ 788 (R\$ 730 em 2014). O plano está estruturado na modalidade de contribuição definida, portanto o compromisso da Munich Re limita-se a realizar aportes mensais calculados com base em percentuais sobre a folha de pagamento.

b) Participações nos lucros

A Munich Re possui programa de participação dos empregados nos lucros, conforme disposto na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, devidamente homologado pelo Sindicato.

20. DEMONSTRAÇÃO DO CÁLCULO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO

Patrimônio líquido contábil	312.997
Despesas antecipadas	(17)
Crédito tributário	(25.863)
Patrimônio líquido ajustado - PLA	287.117
Capital adicional baseado em risco (a)	110.668
Capital adicional risco de subscrição	87.276
Capital adicional risco operacional	5.322
Capital adicional risco de crédito	29.745
Efeito em função da correlação entre os riscos de crédito e subscrição	(11.675)
Capital base - CB (b)	60.000
Capital mínimo requerido - CMR - (maior entre (a) e (b))	110.668
Suficiência de capital (PLA - CMR)	176.449

O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco em 31 de dezembro de 2015 é de 96% e o requerido pela Resolução CNSP 321/2015 é de, no mínimo, 20%, equivalente a R\$ 106.079 (nota explicativa 5c) e R\$ 22.134, respectivamente.

DIRETORIA

RODRIGO BELLOUBE DOS SANTOS
Diretor Presidente

TÂNIA AMARAL HEYDENREICH ALVES
Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor de Supervisão

Dr. THOMAS ANDREAS DITTMAR
Chief Financial Officer

FRANCISCO SOUSA LIMA
Contador - CRC 1SP-220155/O-0

ALEX CAVALHEIRO SOTTERO
Atuário MIBA 2386

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Sr. Diretor Presidente e Srs. Acionistas

O Comitê de Auditoria da Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. ("Companhia"), instituído nos termos da Resolução nº 321/2015 do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, funciona em conformidade com o estatuto social e o seu regimento interno aprovado pela Administração da Companhia. Compete ao Comitê de Auditoria apoiar a Administração da Companhia em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da Administração da Companhia. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e compliance. A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da

eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Companhia.

O Comitê atua através de reuniões e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O Comitê manteve, desde 1º de janeiro de 2015 até esta data, reuniões com áreas de contabilidade e controladoria, de controles internos e compliance, de gestão de riscos, com os auditores independentes e com os auditores interno, dentre outras.

O Comitê mantém com os auditores independentes canais regulares de comunicação, tendo avaliado e aprovado o plano anual de trabalho e acompanha os trabalhos realizados e seus resultados. O Comitê também avalia a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

O Comitê manteve reuniões com o Diretor Presidente e outros membros da diretoria da Companhia e, nessas reuniões, teve a oportunidade de apresentar sugestões para aprimoramento de fluxos operacionais, revisões de compliance e gestão de riscos.

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras. Cumpridas as suas atribuições, na forma anteriormente descrita, o Comitê de Auditoria é de opinião que as demonstrações financeiras da Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, devidamente auditadas pela KPMG Auditores Independentes, estão em condições de serem aprovadas pelos seus acionistas. São Paulo, 25 de fevereiro de 2016.

Assizio Aparecido de Oliveira
Jose Rubens Alonso
Luiz Pereira de Souza

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Administradores da
Munich Re do Brasil Resseguradora S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. ("Resseguradora"), em 31 de dezembro de 2015, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Resseguradora e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do

juízo do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Resseguradora para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção acima referidos da Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. em 31 de dezembro de 2015 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Resseguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio do FIP, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
Joel Garcia
Atuário MIBA 1131

São Paulo, 25 de fevereiro de 2016

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da
Munich Re do Brasil Resseguradora S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. ("Resseguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Resseguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Resseguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Resseguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a

avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Claudio Costa
Contador - CRC 1SP167720/O-1